

Tavares, M., & Santos, E. (2020). *Novos Modelos de Educação Superior*. Curitiba: Publishing, 316 pp.

A educação superior tem sido objeto de análise de muitos estudos nos últimos anos. As mudanças pelas quais a educação superior tem passado que envolvem acesso, estrutura, modelos pedagógicos, entre outros, torna essa análise necessária e, diga-se, urgente porque envolve o paradigma do conhecimento hegemônico que ainda está a assolar, por meio de modelo idealizado, as universidades do país.

Para além da discussão sobre o acesso que, mesmo em ascendência no Brasil, está muito longe de ser universalizado, a descolonização da universidade aparece como pauta urgente em detrimento ao processo regulatório transnacional que reconfigura os modelos das instituições de educação superior respondendo aos anseios do mercado. Estamos frente aos referenciais ditados pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, a OCDE, a OMC que, entre outras, as propositoras dos modelos de educação superior que sustentam os ideais coloniais, neoliberais e hegemônicos pelo arquétipo do conhecimento enquanto mercadoria. Anseiam pelo Estado mínimo em favor das organizações supranacionais.

Este livro, bem como as propostas nele trazidas, caminham na contramão do “expediente da colonialidade do poder e do saber” (p. 24) nas palavras de Quijano (2005) e Mignolo (2003) numa perspectiva contra-hegemônica, inclusiva e democrática de ensino superior. Essa construção de novos modelos é o que se apresenta por meio dos artigos dos diferentes autores que colocam em pauta a possibilidade da formação cidadã, a cooperação na produção do conhecimento e o desenho de uma nova geopolítica que prima pela qualidade social da educação. Relevante indicar que os processos que desencadearam novos modelos de universidades, que destacam-se pela inclusão e emancipação, se deram em governos ditos “de esquerda”, como do presidente Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff.

Como são esses novos modelos e de que formam operam o conhecimento são algumas questões que guiam as reflexões aqui presentes, que tem início com o Capítulo de Eduardo Santos intitulado “Internacionalização da Educação Superior – a opção geopolítica pela integração regional nos casos da UNILA e UNILAB”. O propósito é analisar, ainda que de maneira inicial porque as duas universidades federais foram implantadas há poucos anos no país, de que forma se revela, no projeto político-institucional, a internacionalização.

A Universidade da Integração Latino-Americana, UNILA, se origina institucionalmente do Mercosul Educacional e nasce para fortalecer a integração cultural e educacional, para além da econômica, nos países da América Latina. Além disso, ao operar

sobre os desafios e os temas regionais, constitui um grupo de recursos humanos capazes de cooperar com a integração, o desenvolvimento e o intercâmbio entre os países latino-americanos. Objetivo ainda mais importante é, por meio de um projeto diferenciado de internacionalização, adentrar a Sociedade do Conhecimento e atuar na configuração de uma nova geopolítica do conhecimento, menos injusta e mais inclusiva, o que já pode ser identificado, entre outras coisas, pela forma de entrada dos estudantes, sem vestibular.

De mesmo cunho a Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, decorre da junção de países de idioma de língua portuguesa (e que passaram por processo de colonização) via Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP – que tem como princípio promover a equidade e a justiça social mediante o diálogo, o reconhecimento mútuo e a interculturalidade entre os países-membros, e no caso do Brasil, especialmente os africanos.

Ambas as universidades trazem no bojo de seus planos político-pedagógicos aspectos contra-hegemônicos como a criação de disciplinas obrigatórias que versam sobre as especificidades da América Latina e dos países de língua portuguesa para os estudantes. Ademais a escolha dos idiomas oficiais também se caracteriza como forma de resistência. Sua constituição também perpassa o desejo do então presidente Lula da Silva de inserir no cenário internacional o protagonismo brasileiro além de se caracterizarem como opção à internacionalização mercantil. Embora os desafios estejam postos – e envolvem formação de professores, avaliação e preconceito de base racial, dentre outros – há de se reconhecer a potencialidade desses espaços como de mudança, especialmente nos países-membro, que tenham “um compromisso político com a redução das desigualdades e com a oferta de educação universitária de qualidade para todos” (p. 62).

O direito à educação superior dos grupos historicamente apartados, um projeto inclusivo de educação, uma proposta formativa democrática e popular são algumas das premissas que dão suporte à essas novas universidades e, de igual maneira, à Universidade Federal do ABC, como apresenta Sandra Gomes no Capítulo II “Princípios da matriz institucional da Universidade Federal do ABC: fundamentos conceituais, modelo pedagógico e princípios reguladores da prática pedagógica”. Fundada em 2005 a UFABC surge com uma inovadora proposta, também de caráter contra-hegemônico, que, por via da democratização da educação superior busca promover a interculturalidade e a decolonialidade do conhecimento.

Tal proposta é de imensa importância para as discussões atuais na medida em que coloca em jogo referências únicas de conhecimento e os modelos tradicionais praticados nas universidades que ainda carregam heranças do colonialismo. Por esse motivo a autora se debruça sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFABC para analisar os fundamentos

epistemológicos que dão suporte à esse inédito modelo pedagógico. Importante considerar que o surgimento de novos modelos de universidade só foi possível com a eleição de governos mais progressistas na América Latina que fizeram frente aos movimentos de privatização do ensino superior e de *accountability*, entre outras coisas, que advém das políticas neoliberais.

A análise documental permitiu verificar que a UFABC caminhou, por meio de seu projeto, para a mudança de diversos paradigmas a medida que estrutura sua ação com base na interdisciplinaridade com maior flexibilidade curricular, indo na contramão dos modelos clássicos em dois aspetos consideráveis: o acesso e a permanência dos estudantes, bem como a organização acadêmica que traz a diversidade/interculturalidade (numa perspectiva emancipatória e decolonial) para a pauta.

Mas como aspirar um novo modelo pautado em velhas práticas? Interessante pensar sobre três aspectos que geram tensões e resistências para a implementação do projeto. A primeira delas são as forças acadêmicas e políticas que também se configuram como barreiras, além do fato de que a organização de tais políticas educacionais é de um Governo e não de Estado, o que acaba influenciando a efetivação do projeto. Além disso, nos parece dicotômico apresentar um modelo de educação “revolucionário” que ao mesmo tempo quer firmar-se nos rankings internacionais. E, por último e talvez mais importante, a formação docente e continuada como desafio a ser superado para garantir a construção de novas racionalidades que darão conta de materializar o projeto formulado pela via da interdisciplinaridade.

No Capítulo III, intitulado “Novos modelos de educação superior: um estudo sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)” Donizete Mariano e Manuel Tavares apresentam os resultados de uma pesquisa sobre universidades populares do Brasil que surgiram a partir de 2003, nos governos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, e que se configuram como possibilidades aos modelos tradicionais de universidade numa ótica multicultural emancipatória. De mesmo princípio das demais universidades apresentadas no livro, tem compromisso com o acesso da população menos favorecida - e silenciada historicamente - ao meio acadêmico com o intuito de legitimar os conhecimentos populares.

Fundamental considerar que há um cenário que impõe obstáculos à efetivação de referenciais contra-hegemônicos, porque as instituições de ensino superior estão sujeitas à regulação das agências multilaterais e inseridas em um contexto crescente de política de extrema direita. Neste texto os autores desvelam os princípios que dão estrutura à matriz institucional da UFFS e como são colocados em prática tais princípios. A universidade constrói seu projeto apostando na inclusão, na diversidade cultural e na comunicação. Não só prima pelo acesso dos estudantes provenientes das escolas públicas como planeja o processo de acompanhamento para garantir que finalizem seu percurso acadêmico. Incluir, nesse sentido, significa, inclusive, considerar seus

saberes e culturas, valorizando a regionalidade. Para isso, organiza o currículo em três domínios: “o comum, o específico e o conexo” (p. 105) para, usando o conceito de Quijano (1989) e Mignolo (2010), promover a descolonização do conhecimento.

Embora resistências ainda estejam presentes, quer por parte de alguns professores (que ainda passam por processos tradicionais de admissão na universidade) quer por parte de outras universidades do entorno, a UFFS se caracteriza como modelo inovador de instituição comprometida com a ruptura de modelos contra-hegemônicos e que preconiza um novo paradigma decolonial.

A UFFS é, também, objeto de estudo de Rui Anderson Costa Monteiro no Capítulo IV “A Universidade Federal da Fronteira Sul: desafios políticos institucionais”, que se consolida em meio a um percurso histórico onde as universidades federais serviam a elite e as particulares aos mais desfavorecidos, corroborando com a permanência do status quo da sociedade brasileira. Nesse cenário tem relevante importância os movimentos sociais que reivindicaram do Estado ações em prol das minorias: egressos da escola pública, mulheres, indígenas, afrodescendentes, assentados etc. Ademais, a configuração enquanto universidade popular, trazendo os preceitos de Paulo Freire, insere diferentes dimensões no currículo e o compromisso com as classes populares, o senso de justiça e a transformação social.

Instalada na Mesorregião Sul (abarcando os estados Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) orienta seu projeto quanto aos princípios, ao acesso e a permanência, ao currículo, a avaliação e a gestão democrática numa perspectiva popular. Possui uma política de inclusão que atende a especificidade de seu público – 95% de estudantes oriundos da escola pública – para que permaneçam na instituição até o término dos cursos, embora a reprovação e a evasão sejam ainda aspectos a serem combatidos. Organiza sua gestão de forma democrática com a participação de toda a comunidade educativa por meio dos Conselhos e das Câmaras, além da organização diferenciada da matriz curricular e, no mesmo caminho, uma avaliação voltada para as aprendizagens, ou seja, formativa. No entanto, por meio de entrevistas com o corpo docente e discente, evidencia-se que ainda há crenças e concepções que se caracterizam como tradicionais tanto na organização pedagógica de forma mais fragmentada pelos professores quanto na percepção dos estudantes sobre gestão democrática e avaliação. Apesar de pactuar um compromisso com os sujeitos historicamente oprimidos a UFFS tem ainda um caminho a percorrer para se estabelecer como universidade popular e consolidar o novo modelo universitário.

Colocar em discussão projetos que foram surgindo a partir do final do século XX e que desconstruíram, por meio de diferentes formas de organização, o modelo elitista até então existente abre novos horizontes para um país marcado por ideais coloniais. Essa é a proposta trazida nos Capítulos V e VI do livro que tomam como foco a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Além de todas as ponderações já realizadas

no decorrer do livro, Evangelita Carvalho da Nóbrega no Capítulo V “A gestação da universidade popular: modelo de política de cotas na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)”, como parte de sua pesquisa de mestrado, destaca as discussões sobre política de cotas instituída pela Lei Federal nº 12.711 de 2012. Ações afirmativas são premissas para uma universidade que traz novas racionalidades para a formação de uma sociedade mais equânime. Criada em 2013 a UFSB é uma universidade multicampi da região sul da Bahia que por meio dos conceitos de Anísio Teixeira, Paulo Freire, Milton Santos e Boaventura de Souza Santos concretiza o ideário de universidade para todos, presente na Constituição Federal de 1988.

Ao adotar os Colégios Universitários (CUNis), implementa as políticas territoriais de integração e garante às populações que vivem em territórios desassistidos o acesso à educação superior. Para garantir a efetivação da política de cotas o acesso é feito por meio de ampla concorrência, candidatos que são provenientes de escolas públicas e com baixa renda, via SISU e ENEM regional, promovendo a oportunidade de acesso, como detalhado pela autora no decorrer do texto. Com isso permite a criação de espaços mais plurais onde a cultura local é valorizada, não só dentro da academia, mas em diferentes setores sociais. A gestação citada no título do texto remete-nos à ideia de constituição. Nenhum projeto é findado no momento em que é produzido ou criado. Carece de cuidado, de reflexão, de diálogo para crescer, para se constituir. E é nessa perspectiva que se insere a UFSB. Para não perder a identidade originária firma seu compromisso com a formação para a igualdade e emancipação caminhando para se tornar, efetivamente, uma universidade popular.

A universidade pode reproduzir a conjuntura dominante ou dar espaço para novos conhecimentos e novas ideias, resistindo culturalmente. Ainda mais se considerada a tendência à ampliação do acesso ao ensino superior no país pela formulação de políticas públicas e pelo número crescente de formandos no ensino médio. No Brasil, programas e projetos como o ENEM, o PROUNI, o FIES, as políticas de cotas e o Plano Nacional de Educação têm contribuído notadamente para a ampliação do acesso. No Capítulo VI “Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB): uma universidade para o século XXI”, Tatiana Alves Romão faz uma análise da expansão da educação superior no período de 1995 a 2015 e indica que, dado o número crescente de estudantes na universidade, para além do acesso e da permanência das populações historicamente marginalizadas é crucial identificar se houve um “alargamento epistemológico [...] para que possam também incluir a cultura, os saberes e as práticas desses grupos” (p. 185). Há, no período analisado, conflitos entre as forças neoliberais e de notada resistência. A abertura de universidades federais com projetos diferenciados, como a UFSB, caracteriza-se como polo de indução de modelo inclusivo para as populações. Prova disso são os CUNIs, já mencionados no capítulo anterior que, ao se fixarem em territórios sem oferta de ensino superior, promovem na comunidade local

a possibilidade de esperar adentrar a universidade. No início do séc. XXI foi possível assistir a duplicação das taxas de acesso e a criação de projetos renovados e inclusivos para diferentes parcelas da sociedade, em especial – no caso do Bahia – os quilombolas, indígenas e assentados. A UFSB ao promover um novo paradigma de ensino superior e consequentes mudanças na sociedade contemporânea (local e global) também se constitui no seu papel emancipador como aventado por Paulo Freire. Estamos diante de um desafio muito maior que incluir os sujeitos, mas toda cultura que trazem na matriz da instituição.

Outra interessante discussão é a apresentada no capítulo VII “Internacionalização da Educação Superior: acordo de cooperação entre Brasil e Cabo Verde”. Francisca Mônica Rodrigues de Lima apresenta, com maestria, os conceitos de Aníbal Quijano e Walter Mignolo acerca da colonialidade e processos de globalização na América discutindo os padrões de poder e hegemonia eurocêntrica que, a serviço do capitalismo, impõe sua racionalidade no controle do trabalho, dos corpos, da cultura e do conhecimento, “da qual emerge a criação das diferenças como justificativa para inferiorização, colonização e subalternização de povos e culturas” (p. 220). É por meio da educação que esse poder epistemológico pode ser desconstruído, descolonizado. Só assim teremos uma nova geopolítica do conhecimento com a co-existência de muitos mundos alternativos à civilização neoliberal. A cooperação entre a Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade do Cabo Verde (Uni-Cv) caminha na direção de consolidar esse espaço alternativo. A autora utiliza, ainda, dimensões propostas por Bakhtin (propriedades da palavra), numa belíssima interpretação da palavra “cooperação” – presente no Termo de Convênio entre as universidades, para analisar os “contextos históricos, sociais e econômicos” (p. 240) e a articulação entre o discurso e a prática no contexto da internacionalização. Ambas as universidades apresentam simbologias que envolvem a criação, o local onde estão inseridas e os princípios, numa parceria sul-sul que une os países de Língua Oficial Portuguesa e dá voz às populações historicamente marginalizadas num verdadeiro processo de inclusão.

Também discutindo a internacionalização da Educação Superior, Suelen de Pontes no capítulo VIII “A relação dialógica entre os modelos tradicionais e as epistemologias contra-hegemônicas na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)” analisa o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILA, universidade instalada em Foz do Iguaçu em região fronteira com Argentina e Paraguai, com vistas a identificar as contribuições de epistemologias não tradicionais no processo pedagógico como possibilidade de construção de novos modelos de educação superior. Chama a atenção a oferta de cursos de interesse dos países da América Latina, em especial do Mercosul, “que envolvem a exploração de recursos naturais e biodiversidade transfronteiriça, estudos sociais e

linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégias para o desenvolvimento e a interação regionais” (p. 259), principalmente porque a autora identifica, no repositório institucional da UNILA, produções acadêmicas que focam objetos fronteiriços e da América Latina o que favorece uma nova “geopolítica do conhecimento” (p. 272).

Destaca, ainda, a relevância da organização do projeto pedagógico pelo princípio da interdisciplinaridade e a autoavaliação como propulsora do desenvolvimento de ações formativas e da resolução de problemas institucionais. Em meio a supremacia hegemônica presente no modelo universitário do país, novos modelos epistemológicos surgem – com desafios a serem superados – inserindo no cenário acadêmico a riqueza cultural e a diversidade presentes nos diferentes territórios da América Latina.

Para finalizar o livro a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF – é apresentada por Carin Martins e Carlos Bauer, de forma a explicitar seu projeto pedagógico baseado nos preceitos do grande mestre Paulo Freire, nos pensamentos de Anton Makarenko e nos escritos de Marx com o objetivo de, ao conscientizar seus sujeitos, transformar a estrutura capitalista. Surgida em 2005 a ENFF tem um compromisso com a formação plena do ser humano, tendo no trabalho seu princípio educativo. Tal premissa corrobora com os movimentos de resistência e de luta social e política à medida que combate as proposições neoliberais. A leitura do Capítulo IX “Escola Nacional Florestan Fernandes: sujeitos históricos e dimensão internacionalista” permite adentrar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, idealizador da ENFF, e verificar que mais do que a conquista da terra, a permanência nesse espaço por meio da materialização de um projeto de sociedade só é possível pela via da educação. E uma educação pautada no conhecimento consciente de classe, nos processos históricos, na organização política e social do Movimento e no “trabalho como princípio educativo” (p. 286). Desde 2005, com sede em Guararema, a ENFF vem formando lideranças com a participação de educadores e militantes do Brasil e de outros países, em especial da América Latina, num projeto de internacionalização já preconizado pelo MST. Trata-se, também, de uma proposta inovadora no sentido de atender aos anseios de classes historicamente marginalizadas e de trabalhar em prol das causas de interesse social.

Esta e todas as demais experiências evidenciadas no decorrer deste livro comprovam a possibilidade de construção de modelos diferenciados de educação. Recorrendo à inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, novas matrizes se consolidam por meio de uma rede compartilhada de conhecimento, concretizando uma educação intercultural e inclusiva pautada em epistemologias contra-hegemônicas. Porém, para efetivar tais mudanças, será necessário pensar políticas para a permanência dos estudantes, a formação docente, a organização curricular e a avaliação formativa que (re)orienta os percursos trilhados para que os discursos se materializem em prática.